

Apoiado pela



Cooperação
Austriaca para o
Desenvolvimento

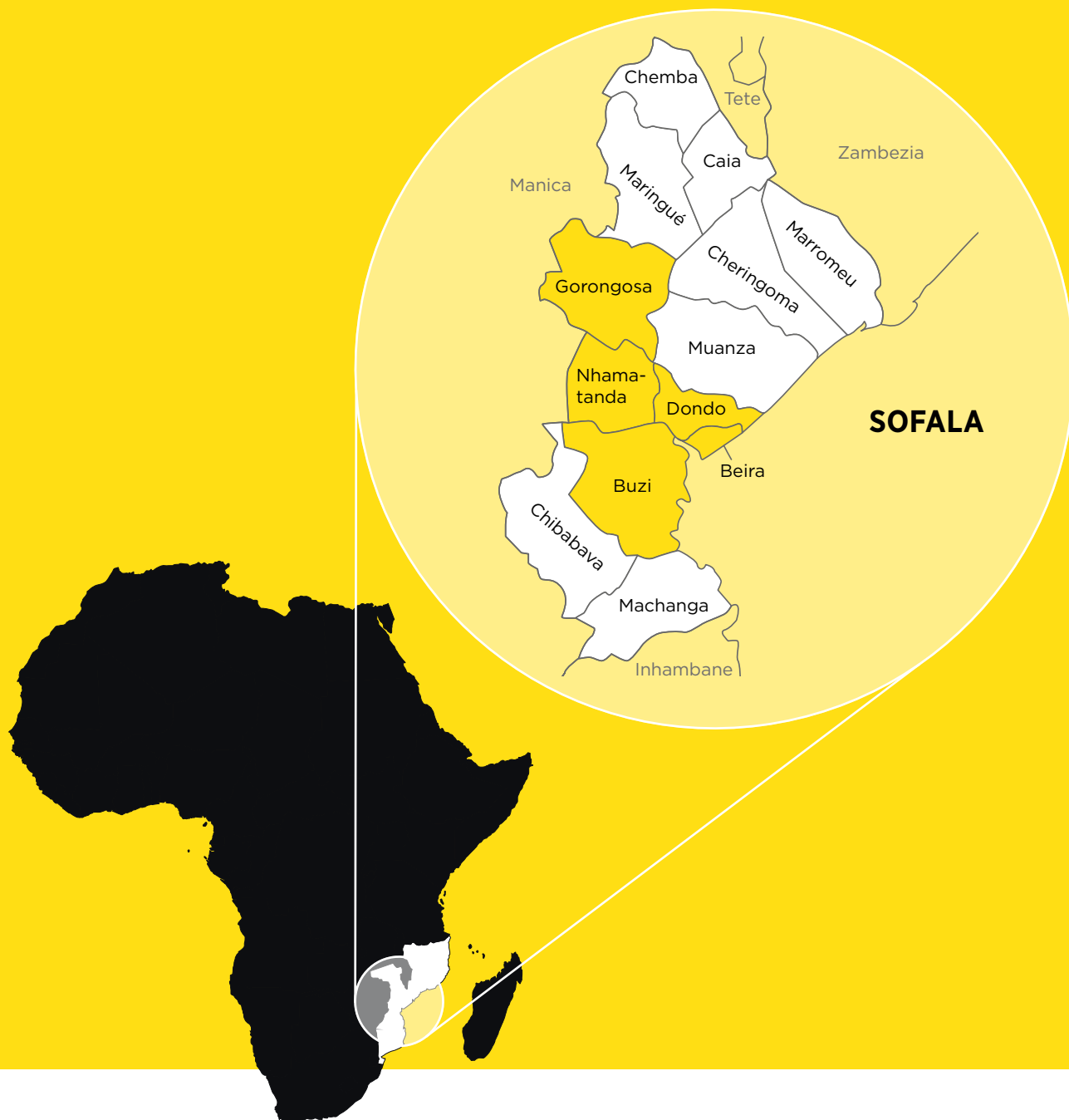


LIGHT
FOR THE WORLD



Género e deficiência em Sofala, Moçambique

Publicação baseada na pesquisa sobre género apoiada
pela Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento



O Programa Sofala Inclusivo

As raparigas, rapazes, mulheres e homens com deficiência devem poder participar da sociedade tal como as pessoas sem deficiência. No entanto, isso nem sempre acontece. É por isso que a Light for the World criou o Sofala Inclusivo.

O Sofala Inclusivo é um programa de cinco anos, financiado pela Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento (2018-2022), em Moçambique. Neste período a Light for the World, junto com os seus parceiros, pretende promover o acesso à serviços e iniciativas de desenvolvimento na província de Sofala para raparigas, rapazes, mulheres e homens com deficiência. Esperamos que, no final, todas as pessoas com deficiência possam participar de forma activa em todos os aspectos da vida em Sofala.

Relevância do estudo e da publicação

As pessoas podem ser excluídas da sociedade por causa de sua deficiência, religião, status social e também por causa de seu género. Existem muitas interseccionalidades que podem afetar a exclusão de pessoas na sociedade. Deficiência e género são apenas dois deles, mas são aqueles que, como Light for the World, queremos aprofundar. Isso significa que mulheres e meninas com deficiência são ainda mais vulneráveis e expostas à violação dos seus direitos, o que inclui exclusão no processo de tomada de decisão sobre seus direitos que, muitas vezes, são confrontados com “dupla” barreira - da participação social e da discriminação, associado ao estereótipo “porque são mulheres e porque têm uma deficiência”.

Com o Sofala Inclusivo, queremos garantir que raparigas, rapazes, mulheres e homens com deficiência sejam empoderados e tenham acesso, agência e participem activamente nos processos de tomada de decisão e que se beneficiem com igualdade das intervenções do programa. Isto significa que primeiro, precisamos entender qual é a situação actual de homens e mulheres, com e sem deficiência na província de Sofala. Também queremos entender o que podemos fazer para mudar a situação e garantir que raparigas, rapazes, mulheres e homens com deficiência possam participar activamente na sociedade. Esse exercício engaja a todos níveis os detentores de direitos, numa abordagem baseada nos direitos humanos.



Equidade de Género

Em todas as sociedades, existem diferenças e desigualdades entre homens e mulheres em áreas como papéis, relações de poder, responsabilidades, conhecimento, divisão de trabalho e acesso aos recursos. As questões de género são muitas vezes confundidas com “as questões das mulheres”, mas deve-se reconhecer que o “género” trata da vida das mulheres e dos homens, bem como as interações entre eles. A igualdade de género significa que as mulheres e os homens desfrutem de mesmas condições, visibilidade, participação e oportunidades dentro de uma sociedade. Isso não significa que as mulheres e os homens devam ser ou agir da mesma maneira, mas significa que deveriam ter os mesmos direitos.

Metodologia

Recolhemos informação qualitativa e quantitativa para conseguir dados sobre a situação de mulheres e homens com deficiência na província de Sofala.

Recolhemos informações fazendo a revisão da literatura:

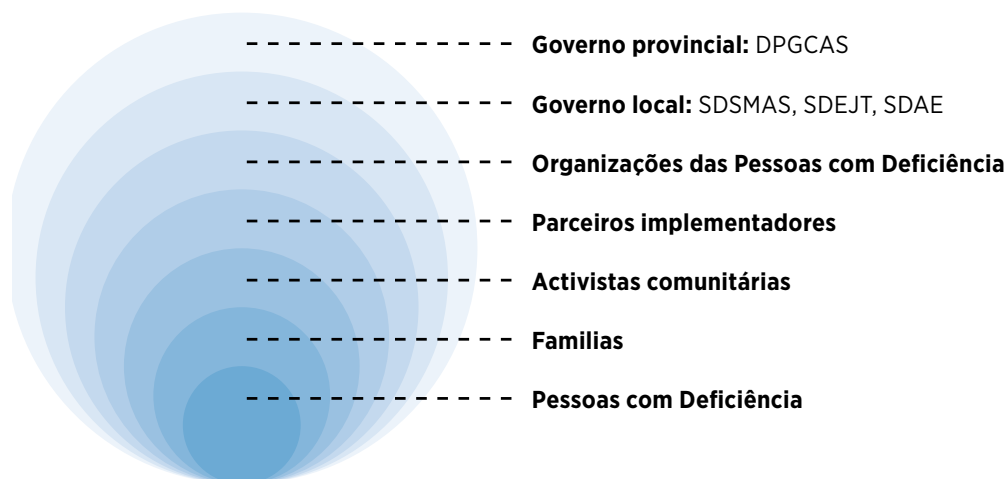
- ▶ Uma revisão dos documentos básicos e estatísticas sobre género e deficiência em Moçambique;
- ▶ Uma revisão dos documentos usados no Programa Sofala Inclusivo;
- ▶ Os dados do Estudo de Linha de Base do Programa Sofala Inclusivo realizado em 2018 com apoio técnico da Organização Mundial da Saúde

Também recolhemos informações de pessoas, tanto na vila do distrito do Búzi assim como na cidade da Beira:

- ▶ Em Búzi foram realizadas entrevistas em grupos focais com mulheres e homens, raparigas e rapazes com deficiência, activistas, e parceiros implementadores da Light for the World, além das entrevistas semi-estruturadas (individuais e em pequenos grupos) com representantes dos serviços distritais, professores, professoras e líderes (femininos e masculinos) comunitários em Búzi;
- ▶ Na cidade da Beira foram realizadas entrevistas semiestruturadas com parceiros implementadores da Light for the World, uma representante da Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social (DPGCAS) e a equipa da Light for the World;
- ▶ Por último, realizamos um seminário participativo com os parceiros da Light for the World e o Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD).

Em total, falamos com 57 mulheres e 70 homens. O número maior de homens resulta do facto que os representantes das organizações, na sua maioria, foram homens. Houve equilíbrio de género na selecção dos participantes nos grupos focais.

As nossas entrevistas incluíam diferentes níveis, desde a própria pessoa com deficiência até o governo provincial.



Resultados

A análise de género conduzida para o programa confirmou que o género e a deficiência são factores determinantes de exclusão. É mais provável que - sendo uma mulher com deficiência em Sofala - você seja solteira, pobre, sem escolarização e marginalizada. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD) adoptada em 2006 declara que as pessoas com deficiência, homens e mulheres, são iguais às pessoas sem deficiência. O resultado da nossa análise será apresentado com o suporte dos artigos da CNUDPD.



Artigo 9: Acessibilidade

As pessoas com deficiência devem ter melhor acesso à todas áreas da sua vida.

O acesso ao meio ambiente físico nas aldeias, vilas e na cidade da Beira é um factor limitante para todas as pessoas com deficiência: raparigas e mulheres, rapazes e homens. Na época chuvosa a transitabilidade piora. As crianças muitas vezes chegam tarde às aulas e como consequência têm menos tempo de aprendizagem¹. Homens com deficiência dizem que durante esta época estão isolados nos seus quintais porque têm dificuldades de andar fora da casa¹.

Nas escolas as casas de banho não estão em condições nem para as crianças sem deficiência, e menos ainda para as raparigas e rapazes com deficiência^{1,2}.

O acesso à informação é especialmente limitado para as mulheres e raparigas, homens e rapazes que têm dificuldades de comunicação. Há poucos que conhecem a língua de sinais (ambas as pessoas com e sem problemas auditivos).

Muitas latrinas nas escolas de Moçambique não são limpas, seguras e nem acessíveis. Isto talvez não pareça um problema grave - particularmente nas áreas rurais, onde a duração das aulas é de 4 à 5 horas por dia, mas para as raparigas isto significa que não podem atender às aulas durante a sua menstruação⁶!



Artigo 13: Acesso à justiça

As pessoas com deficiência têm o mesmo direito que qualquer outra pessoa de ir ao tribunal, levar outra pessoa ao tribunal e fazer parte do que se passa em um tribunal.

Muitos homens e mulheres com deficiência não têm acesso à justiça porque não conhecem os seus direitos legais. Uma pessoa precisa conhecer os seus direitos para reivindicá-los.

Muitas pessoas com deficiência tampouco sabem onde e como lidar com problemas legais³. Em casos mais graves, envolvendo membros da família, tal como abuso, as vítimas não contactam as autoridades por medo de represálias pelos familiares.

“ Se uma pessoa com deficiência reporta um acto de violência e vem alguém fazer investigação, no dia seguinte, os familiares dizem: ‘você queixou, então sai daqui e segue aquele que veio!’ Por isso, as pessoas optam por esconder a violência.”

Muitas vezes são as mulheres que cuidam das pessoas com deficiência. Entretanto, as mulheres, em geral, têm um nível de escolaridade mais baixo que os homens, e aquelas que são mães de crianças com deficiência normalmente têm baixa autoestima porque são ditas frequentemente que a deficiência da sua criança é a sua culpa^{2,4}. Rapazes, raparigas, homens e mulheres com deficiência nem sempre podem exigir justiça para eles mesmos, e com os níveis de escolarização baixos, os seus cuidadores muitas vezes não têm capacidade de exigí-los para eles⁵.



Artigo 14: Liberdade e segurança da pessoa

As pessoas com deficiência devem viver livres e em segurança, tal como qualquer outra pessoa.

Existem vários casos de isolamento e encarceramento de crianças nas suas casas. Alguns pais preferem que a sua criança com deficiência fique em casa e não vá à escola ou jogue com outras crianças, pensando que assim podem protegê-la. Situações similares acontecem para ambos (rapazes e raparigas), mas são mais frequentes com raparigas sendo elas consideradas mais frágeis^{4,6}.



Artigo 16: Protecção contra a exploração, violência e abuso

As pessoas com deficiência devem estar protegidas dentro e fora das suas casas contra a violência, o abuso e a exploração.

É difícil saber com exactidão qual é o nível de incidência de violência e abuso. Muitas vítimas têm medo de represálias e por isso não reportam os casos ou não sabem como fazer a denúncia. A informação disponível mostra que muitas mulheres sofrem violência baseada no género^{2,7}.

Em Moçambique, aproximadamente a metade das mulheres (com e sem deficiência) foram vítimas de violência física ou sexual nas suas vidas⁸. 76% dos casos reportados às autoridades são denúncias de mulheres⁹. Isso significa que mais de 3/4 da agressão sexual é direcionada às mulheres.

“ A maior parte das mulheres com deficiência só servem para satisfazer as necessidades sexuais. Quando o assunto é para assumir, fogem. Não querem ser identificados com a mulher com deficiência como sua parceira. A mulher fica grávida e sofre ainda com a criança.³ ”

A prevalência do HIV-SIDA é maior nas mulheres. O HIV está intimamente ligado à prática sexual violenta e forçada, bem como à mudança de parceiros sexuais, o que tornam as mulheres chefes de família especialmente vulneráveis a infecção pelo HIV9. As mulheres com deficiência são expostas a um risco alto de serem infectadas pelo vírus do HIV pois não conseguem negociar o sexo seguro².

As crianças e até os adultos com deficiência senso-motora são susceptíveis a violência na família. Podem ser agregidos quando urinam na cama dos familiares em vez receber o atendimento necessário².

As mulheres idosas, com e sem deficiência, podem ser acusadas de serem feiticeiras por médicos tradicionais quando há um familiar que tem azar na vida. Há casos em que os líderes locais exigem que elas abandonem as suas casas e mudem para outra comunidade^{1,2}. Além de feitiçaria, foram registados casos de desprezo da pessoa idosa, abandono, falta de protecção e falta de alimento².



Artigo 19: Viver de forma independente e ser incluído na comunidade

As pessoas com deficiência devem poder escolher onde vivem e com quem vivem. Devem poder escolher de uma ampla gama de diferentes serviços de apoio incluindo a assistência pessoal.

Evidência a nível de projectos implementados em Sofala mostra que menos de um terço das pessoas com deficiência podem tomar maiores decisões sobre as suas vidas³. Menos de 30% das pessoas com deficiência podem tomar decisões sobre suas próprias vidas. Mulheres ainda menos^{3,10}.

TOMO GRANDES DECISÕES COMO DECIDIR COM QUEM MORAR, ONDE MORAR OU COMO GASTAR DINHEIRO³

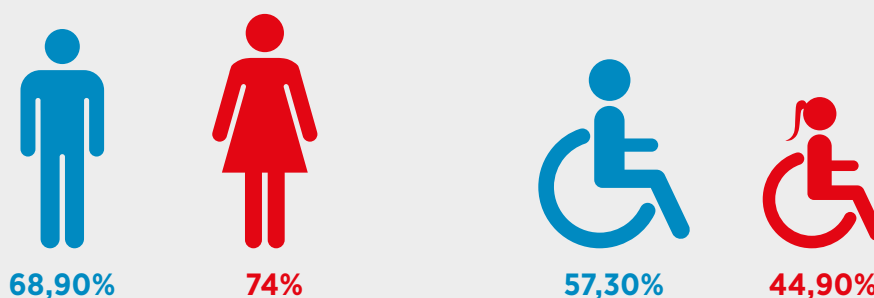
.....



Meramente a metade de homens com deficiência e ainda menos mulheres com deficiência se sentem respeitados nas suas comunidades³. Homens com deficiência disseram que algumas crianças lhes chamam nomes, e um homem com deficiência visual disse que as vezes é tratado pelo “tal cego”. Muitas pessoas com deficiência têm ouvido expressões ofensivas como *Xilema! Chingolo! Euvakaua!*¹

% DE PESSOAS QUE SE SENTEM RESPEITADAS NA SUA COMUNIDADE³

.....



E há casos onde as mulheres são rejeitadas quando dão à luz a uma criança com deficiência: “Há pais que dizem que não querem mais aquela mulher, porque aquela mulher é quem traz os filhos com deficiência.”²

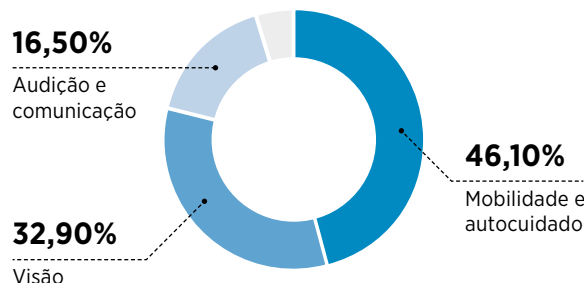


Artigo 20: Mobilidade pessoal

As pessoas com deficiência devem ter a possibilidade de movimentar-se com a maior autonomia possível.

Poucas pessoas com deficiência têm meios de compensação que são úteis para eles. A tabela abaixo mostra a percentagem de pessoas com deficiência que precisam de meios de compensação, mas não têm nenhum meio, ou têm um meio de compensação inadequado ou quebrado.

**% DE PESSOAS QUE PRECISAM DE MEIOS DE COMPENSAÇÃO,
NÃO OS TÊM OU TÊM MEIOS INAPROPRIADOS OU QUEBRADOS³**



Mais homens (24%) do que mulheres (14%) tinha meios de compensação¹⁰.



Artigo 21: Liberdade de expressão e opinião e acesso à informação

Todas as pessoas com deficiência têm o direito a dar a sua opinião, tal como as outras pessoas. Também têm o direito a ter acesso à informação e dar informação.

As reuniões no bairro são a forma mais comum para receber informação do Governo local e para planificar o trabalho comunitário, por exemplo, a limpeza do bairro. Na vila do Búzi todas raparigas e mulheres, rapazes e homens com deficiência assistem às reuniões dos bairros. No entanto, poucas levantam a sua voz, embora os chefes dos bairros digam que as pessoas com deficiência falam durante as reuniões “são os primeiros a falar e choram por necessidade”¹. Não são tomadas “todas as medidas apropriadas” para assegurar que pessoas com deficiência auditiva ou visual consigam participar em pé de igualdade: “porque ninguém está lá para interpretar para uma pessoa com deficiência auditiva, salvo que esteja um amigo que entenda um pouco da língua de sinais.”²

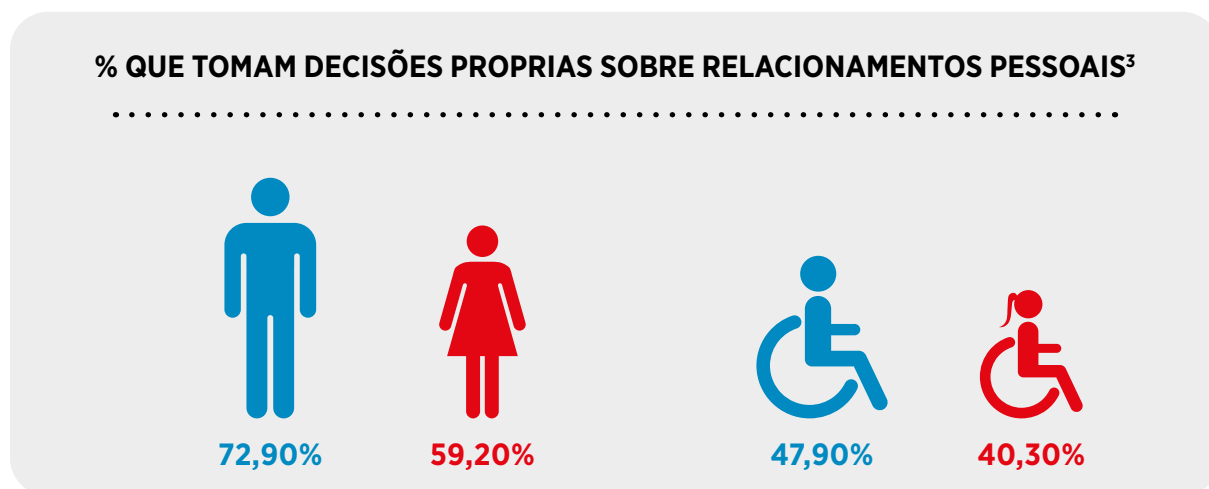


Artigo 23: Respeito pela casa e pela família

As pessoas com deficiência devem ter o direito a estabelecer relacionamentos pessoais, casar e formar família se o quiserem fazer.

No entendimento de muitas pessoas a causa da deficiência é encaixada nas superstições e o pensamento que a deficiência é apanhada principalmente no parto^{2,11}. A mãe de um bebé com deficiência enfrenta a possibilidade que seu parceiro lhe abandone, dizendo: “Fica na sua família. Na minha família ninguém é deficiente”². Por isso muitas crianças com deficiência crescem com mães solteiras que têm poucas oportunidades de auto-sustento, o que faz com que muitas crianças enfrentem a pobreza além do desafio de deficiência.

Se adquirir a deficiência na fase adulta, é possível que a pessoa com deficiência possa ser rejeitada pela sua família¹¹. Muitos homens, e ainda mais mulheres, com deficiência sentem que não podem tomar as suas próprias decisões sobre relacionamentos pessoais³.



Ambos mulheres e homens com deficiência enfrentam dificuldades se quiserem se casar. No entanto se um homem com deficiência se casa, o seu casamento tem mais probabilidade de durar. Poucas mulheres com deficiência têm um relacionamento ou casamento duradouro: 66% dos homens com deficiência estavam casados ou numa união marital, enquanto apenas uma terceira parte das mulheres (29%) estavam casadas ou numa união marital^{1,10}.

“ Quando se trata de deficiência física onde a mulher não consegue realizar determinadas actividades. Para um homem pode-se casar, até com 2 mulheres, mas uma mulher, é abandonada. Vamos dar um exemplo, numa casa o homem não olha para questões de casa, e por isso tem mais tempo. Se o homem tiver alguma deficiência ele pode casar muito bem, porque quem cuida dele é a mulher. ”

Muitas mulheres com deficiência são abandonadas depois de ter um relacionamento ou ao ficar grávida. E por isso “as mulheres com deficiência têm de cuidar e sustentar os seus filhos sozinhas. Enquanto os homens não enfrentam estas dificuldades”². Além dos homens que aproveitam das mulheres sexualmente (veja também Artigo 16), os pais do homem também dificultam um casamento entre uma mulher com deficiência e o seu filho.

“ Na entrada da casa manda parar: 'Aqui na nossa casa não queremos a sua deficiência.' Isto significa que uma pessoa sem deficiência não pode se casar com uma pessoa com deficiência. Os pais podem expulsar esta pessoa (o rapaz), dizendo: 'Saia da nossa casa para fazer a sua vida' ”

Embora os homens com deficiência tenham mais possibilidade de se casar, muitos enfrentam dificuldade por causa da interrogação da capacidade dele de ser o provedor da família².

“ A cultura diz que o homem é o Chefe da Família. O homem tem de bancar as despesas da casa. O homem tem de sustentar a mulher e os seus filhos de forma económica. E se a deficiência abranger a capacidade de produção, os pais nem querem ver o seu filho a se relacionar com as meninas. Porque se isto acontecer, vai engravidar, e vai trazer despesas para a família/ para os pais. Você que tem deficiência não vai conseguir trabalhar para alimentar esta mulher para o seu sustento, crianças etc. Assim, por ter deficiência não pode se relacionar. ”

A nível mundial, Moçambique possui a segunda maior prevalência de casamentos de crianças. Das mulheres de 20 a 24 anos, 14% eram casadas com menos de 15 anos e 48% eram casadas com menos de 18 anos, com a maior prevalência em áreas rurais. A percentagem de homens casados com menos de 18 anos é de apenas 8,7%, sendo um indicador claro de que o casamento prematuro é uma questão sensível ao género e que raparigas menores são frequentemente casadas com homens mais velhos.

Os entrevistados em Búzi explicaram que a pobreza das famílias também empurrem as raparigas num casamento cedo e não seguro. Os pais aceitam dez a vinte mil meticaís para casar a sua filha¹. Os pais olham os seus futuros netos (da filha com deficiência) como um meio para cuidar da filha no futuro.



Artigo 24: Acesso a Educação

As pessoas com deficiência têm direito à educação, como qualquer outra pessoa.

Em Moçambique, há muitas pessoas que não sabem ler e escrever. As famílias tendem a dar prioridade aos rapazes para irem à escola: em zonas rurais 72% das mulheres não sabem ler ou escrever, comparado com 40% dos homens¹². As tarefas domésticas, os casamentos e maternidade prematuros, bem como a falta de apoio dos maridos para a continuação da educação das suas esposas também aumentam as taxas de abandono da escola do sexo feminino. Além disso, a falta de professoras (que poderiam servir de fonte de inspiração para as meninas) dificulta a entrada de raparigas nas escolas¹.

“ As famílias prestam mais atenção aos meninos.
Os pais pensam que ‘uma menina que estuda,
o que ela pode fazer?’ ”

Estes números são ainda mais altos para homens e mulheres com deficiência. Mulheres, raparigas, homens e rapazes com deficiência enfrentam muitos desafios em aceder à educação desde o caminho para a mesma, escolas sem rampas, casas de banhos não adequadas, professores com experiência limitada sobre educação inclusiva, e a pobreza dos pais^{1,2,4,13}, resultando em ingresso tardio a escola, e fraca qualidade da formação. Muitas crianças saem do ensino primário sem saber ler, nem escrever^{6,13}.

NÍVEL DA ESCOLARIZAÇÃO³

Nível da educação	Mulheres com deficiência	Homens com deficiência	Mulheres sem deficiência	Homens sem deficiência
% dos adultos sem educação formal	51%	39%	44%	27%

Olhando para as crianças, vemos uma situação similar - muito poucas crianças com deficiência terminam a escola primária³.

Isto é ainda mais grave, considerando que em Moçambique, 14% das crianças entre dois e nove anos de idade têm alguma deficiência¹⁵.



Artigo 25: Acesso aos Serviços de Saúde

As pessoas com deficiência têm o direito à boa saúde e acesso aos serviços de saúde, incluindo a planificação familiar.

Ambos homens e mulheres com deficiência têm maior dificuldade de acesso à cuidados de saúde necessário em comparação aos sem deficiência. As razões para não terem acesso à saúde são: os serviços de saúde estão distantes e não há transporte, ou o transporte é caro. Alguns disseram que não têm dinheiro suficiente para pagar o custo da visita ao médico ou que não tinham acesso ao transporte³.

Homens, e particularmente mulheres com deficiência, porém são tratados com menos respeito pelos prestadores de serviços de saúde que as pessoas sem deficiência³.

Os técnicos de saúde têm dificuldade de se comunicar com mulheres e homens com deficiência auditiva e visual. As mulheres não vão ao centro só para elas mesmas, mas também são elas que levam as crianças para o controle. Sendo assim, o impacto é maior para elas se não puderem se comunicar com o pessoal da saúde².



Artigo 27: Acesso ao trabalho e ao emprego

As pessoas com deficiência têm o direito ao trabalho, tal como as outras pessoas.

Ambos, mulheres e os homens com deficiência têm dificuldade em ter acesso ao emprego. Apenas 5% das pessoas com deficiência têm um emprego, das quais 3,5% tem salário formal³. Pessoas com deficiência enfrentam os seguintes desafios no mercado laboral²:

- ▶ Discriminação por causa das crenças dos empregadores que acreditam que pessoas com deficiência não são capazes de trabalhar
- ▶ Ingresso tardio nas escolas dos meninos e meninas com deficiência, o que faz com que eles entrem no mercado do emprego mais tarde do que os seus colegas
- ▶ Fraca qualidade de formação para as pessoas com deficiência porque não há professores capacitados para ensinar crianças com diferentes deficiências (por exemplo braille e língua de sinais)
- ▶ Menos aceitação dos homens e mulheres com deficiência visual e auditiva em termos de acesso ao emprego do que os com deficiência física



Além das barreiras mencionadas acima, uma mulher com deficiência também é discriminada porque o mercado laboral favorece os homens².

“ Primeiro é o facto de ser mulher, o outro factor é de ter deficiência, e o terceiro é de não ter capacitação suficiente. Quando se vai à escola e volta, a rapariga vai fazer trabalho em casa, enquanto o rapaz faz trabalho para casa (faz as tarefas que lhe foi entregue pelo professor para treinar) e enquanto a rapariga está a cozinhar para alimentar o rapaz. Por isso a sua capacitação está a um pouco abaixo em relação ao rapaz. Quando estas duas pessoas vão a concorrência, quem vai sobressair mais é o rapaz. ”



Artigo 28: Nível de vida e protecção social

As pessoas com deficiência têm direito a um bom nível de vida e à protecção social. Isto significa que devem viver bem, ter uma casa digna, uma alimentação equilibrada e roupa. As pessoas com deficiência devem poder melhorar o seu nível de vida tal como outras pessoas.

A grande maioria das pessoas nas comunidades abrangidas pelo Programa Sofala Inclusivo são pobres. Nem mulheres e homens com deficiência, nem mulheres e homens sem deficiência acham que têm dinheiro suficiente para alcançar as suas necessidades. No entanto, dentro deste grupo de pessoas desfavorecidas, pessoas com deficiência têm menos acesso à recursos, e dentro das pessoas com deficiência, as mulheres com deficiência são as mais pobres³.

Apesar da pobreza e a existência de programas de protecção social, apenas 19% dos homens e 14% das mulheres com deficiência entrevistadas recebem serviços de protecção social³.

A maioria das mulheres e homens com deficiência na área da actuação do programa, trabalham nas suas machambas para o seu auto-sustento. Algumas mulheres ou homens com deficiência física fazem horta em vez de machamba por falta de capacidade física. Nenhum entrevistado tem uma machamba de grande escala. Caso as mulheres ou os homens não tenham semente guardada, dependem da ajuda dos vizinhos ou grupos de poupança¹.

Além da machamba, mulheres e homens com deficiência, especialmente os que têm dificuldade de mobilidade, fazem negócios de micro ou pequena escala. Alguns iniciaram o seu negócio com fundos dos grupos de poupança. Embora algumas mulheres e homens conseguem rendimento mais alto, a maioria faz negócio de sobrevivência¹.

Há mais mulheres do que homens que fazem pequenos negócios. As mulheres mães com deficiência solteiras dizem que é porque “têm de cuidar dos seus filhos”, enquanto os homens com deficiência dependem da sua família, ou da sua esposa para sustentar os seus filhos (se for casado)¹. Mesmo assim, as mulheres não estão engajadas em negócios de maior escala. Mulheres do distrito vendem arroz processado, copo a copo, enquanto os homens vendem arroz não processado em quantidades maiores¹⁴.



Artigo 29: Participação na vida política e pública

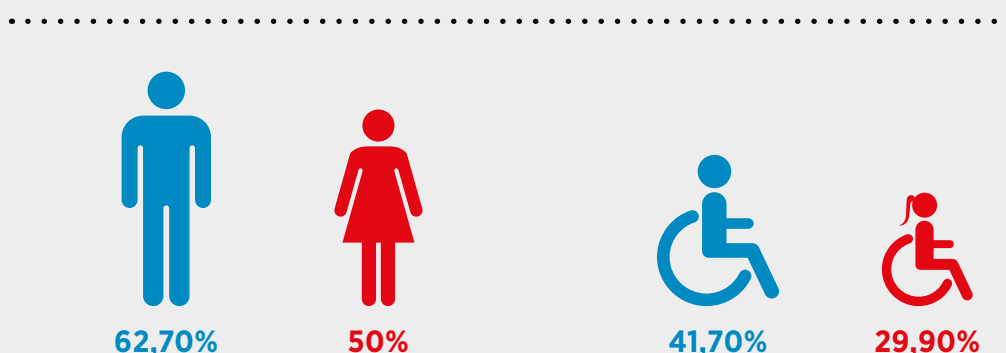
As pessoas com deficiência têm o direito de eleger os seus governantes e de serem eleitas, como qualquer outra pessoa.

Existem associações de pessoas com deficiência em alguns sítios, por exemplo na Beira. Existe uma associação específica de mulheres com deficiência. Contudo, as associações muitas vezes tem fraquezas na advocacia para os direitos dos seus membros, e na monitoria de políticas de pessoas com deficiência².

Apenas 16% de pessoas com deficiência são membros de grupos de auto-ajuda³. Duas vezes mais homens que mulheres são membros de uma associação de pessoas com deficiência¹⁰. 15% de homens com deficiência dizem que se sentem representados pela associação, enquanto que apenas 9% das mulheres com deficiência se sentem representadas.

Cerca de 63% de mulheres e 67% de homens com deficiência participaram nas últimas eleições no país.

% QUE ACREDITA QUE PODE INFLUENCIAR COMO A COMUNIDADE É ADMINISTTRADA³



Aproximadamente 56% das pessoas sem deficiência acreditam que podem influenciar a forma como a comunidade é administrada, e apenas 36% das pessoas com deficiência pensam da mesma maneira. A diferença permanece, mas mais homens do que mulheres acreditam que podem influenciar suas comunidades.



Artigo 30: Participação na vida cultural, recreação, lazer e desporto

As pessoas com deficiência têm o direito a participar na vida cultural e nos desportos e lazer, tal como as outras pessoas.

Na Vila de Búzi as raparigas e as mulheres, os rapazes e os homens com deficiência participam na vida comunitária através de grupos do programa de Reabilitação Baseada na Comunidade¹. Nenhum entrevistado mencionou ser chefe dum grupo comunitário. Sobre as associações de camponeses poucas têm Presidentes que são mulheres apesar da maioria dos membros serem mulheres¹.

Quando se trata de participação em actividades culturais ou de lazer, homens com deficiência participam menos que pessoas sem deficiência, e mulheres com deficiência ainda menos!³

% QUE PODERIA PARTICIPAR DE ACTIVIDADES ARTÍSTICAS, CULTURAIS OU RELIGIOSAS³

.....



71,20%



69%



52,10%



49,20%

% QUE PODERIA PARTICIPAR DE ACTIVIDADES RECREATIVAS TRADICIONAIS³

.....



66,10%



42%



23,60%



13,40%

O que podemos fazer para mudar?

Como podemos assegurar que os homens, mulheres, rapazes e raparigas com deficiência participem e se beneficiem igualmente dos projectos do Programa Sofala Inclusivo? A seguinte secção providencia algumas recomendações.

Reabilitação e Inclusão Social

- ▶ Engajar mulheres com deficiência como activistas comunitárias. Pessoas com deficiência podem demonstrar às famílias e comunidades que a rapariga com deficiência tem a capacidade de desenvolver-se.
- ▶ Capacitação dos activistas na área de género para apoiar e sensibilizar as famílias sobre a importância do acesso igualitário de oportunidades para o emprego, educação, formação profissional, direitos humanos, participação política etc., para mulheres e homens, raparigas e rapazes com deficiência.
- ▶ Apoiar jovens com deficiência na fase da transição da infância à adolescência em matéria de direitos de saúde sexual e reprodutiva.
- ▶ Sensibilização dos homens para assumir uma parte dos cuidados do seu familiar com deficiência.
- ▶ Promover o acesso de raparigas e mulheres aos grupos de poupanças nas comunidades para socialização e aprendizagem mútua.
- ▶ Actividades que melhorem o auto-sustento e a auto-estima da mãe solteira cuidadora da criança com deficiência.
- ▶ Criar clubes separados de habilidades para a vida para meninos e meninas, para que eles tenham a liberdade de falar e aprender uns com os outros. Para fortalecer um ambiente de boa colaboração entre rapazes e raparigas é importante também ter encontros entre ambos os sexo.
- ▶ Colaborar com as outras organizações que trabalham na área de género na comunidade como forma de melhorar a inclusão das mulheres e raparigas, homens e rapazes com deficiência nas comunidades.
- ▶ Desenvolver políticas de género para assegurar que os programas sejam inclusivos em matéria do género (considerar os roles, relações de poder, e necessidades dos homens e mulheres, raparigas e rapazes nas suas intervenções, linguagens amigáveis ao género e respeito mútuo).
- ▶ Apoiar os parceiros a desenvolverem um plano de acção sobre Violência Baseada no Género (VBG), incluindo mecanismos de registo anónimo, apoio psicossocial dos casos de VBG, e violência e abuso em geral, incluindo dos homens e rapazes.

Educação inclusiva

- ▶ Incluir os assuntos de género e Violência Baseada no Género no suporte da capacitação dos professores na educação inclusiva.
- ▶ Promover o ingresso de mulheres e, especificamente, mulheres com deficiência na formação de professores para aumentar o número de professoras nas escolas rurais e assim incentivar as mães e os pais a permitirem que suas filhas com deficiência frequentem a escola.
- ▶ Dar suporte às sessões de sensibilização nas comunidades, por parte de mulheres com deficiência escolarizadas, para que possam servir de exemplo, para sensibilizar sobre a importância da educação da rapariga com deficiência.

Meios de Vida, Proteção Social e Formação Profissional

- ▶ Identificar possibilidades de cuidado para os filhos dos rapazes e das raparigas com deficiência (por exemplo oferecer bolsas de creche para os filhos dos rapazes e das raparigas com deficiência na sua formação no Young Africa para assegurar que as mães e os pais jovens tenham oportunidade de participar na formação);
- ▶ Promover habilidades da vida para raparigas e rapazes na formação e assegurar uma abordagem de género durante a formação;
- ▶ Fortalecer a componente de meios de vida dentro de RBC, incluindo o desenvolvimento de actividades de rendimento através de grupos de poupança, incluindo mães, pais e avós cuidadoras de crianças com deficiência;
- ▶ Fomentar actividades relacionadas à agricultura de subsistência e hortas familiares (tradicionalmente sob a responsabilidade das mulheres) para mulheres e homens com deficiência e para as cuidadoras mães, pais e avós das crianças e adultos com deficiência para criar uma fonte de rendimento adicional;
- ▶ Sensibilizar programas de agricultura implementados por organizações de desenvolvimento sobre a inserção das mulheres e homens com deficiência;
- ▶ Advocar junto dos Administradores Distritais e dos Conselhos Consultivos Distritais para que o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) esteja disponível para os projectos de rendimentos das mulheres e dos homens com deficiência;

Empoderamento

- ▶ Promover o engajamento dos jovens (raparigas e rapazes) nas associações de pessoas com deficiência;
- ▶ Fortalecer as vozes das mulheres com deficiência nas associações de pessoas com deficiência e no FAMOD (Fórum das Associações Moçambicanas dos Deficientes);
- ▶ Sensibilizar a polícia e a governo provincial sobre os direitos e as questões chave das mulheres e raparigas, homens e rapazes com deficiência e os aspectos de género ligados à deficiência;
- ▶ Facilitar a inclusão das questões chave das mulheres e homens com deficiência a nível distrital através dos Conselhos Consultivos.

Referências

1. Comunicação pessoal. Entrevistados. 2018.
2. Comunicação pessoal. Seminário Participativo. 2018.
3. Light for the World; Organização Mundial da Saúde. Estudo de Linha de Base.; 2018.
4. Comunicação pessoal. Entrevistado Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social (DPGCAS). 2017.
5. Comunicação pessoal. Entrevista mãe cuidadores de crianças com deficiência. 2018.
6. Comunicação pessoal. Entrevistado Ajuda do Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP). 2018.
7. Light for the World partners. Programme Reports.
8. United Nations Development Fund for Women (UNIFEM). Violence Against Women in Mozambique.; 2009.
9. Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Mulheres e Homens de Moçambique.; 2015.
10. SINTEF, Instituto Nacional de Estatísticas (INE), FAMOD. Living Conditions among People with Disabilities in Mozambique National Representative Study SINTEF Report A9348.; 2009.
11. Ravim, Handicap International. People with Disabilities in the Suburban Areas of Maputo and Matola.; 2010.
12. Ministério de Género Criança e Acção Social. Perfil de Género de Moçambique.; 2016.
13. Comunicação pessoal. Entrevistados Young Africa. 2018.
14. Comunicação pessoal. Entrevistado Serviços Distritais das Actividades Económicas de Búzi (SDAE). 2018.
15. UNICEF. 2013. Patrick Zachmann. Invisible children: the Disability Challenge in Mozambique.



.....

Obrigada às consultoras Nina Blid (Steglarp Serviços E.I.) e Kira Ugaz-Simonsen (Juntos Consulting Lda.) pela Análise Género conduzida entre Maio e Julho de 2018. Obrigada à Dra. Carla Sabariego e Dra. Alarcos Cieza da Organização Mundial da Saúde pelo apoio técnico para o Estudo Linha de Base do Programa Sofala Inclusivo, conduzido no mês de Abril de 2018.

.....

.....

INFORMAÇÃO SOBRE A PUBLICAÇÃO:

Edição: Light for the World Internacional
Editoras: Iláuda Manala, Irmí Neuherz, Jenni Pitter-López
Desenho Gráfico: Susanne Fröschl grafikdesign
Fotografias: Light for the World, Mango Sound

.....